

PMDB propõe medidas

O PMDB propôs oficialmente ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser, a desvinculação da LBC (Letra do Banco Central) dos parâmetros de aferição dos índices inflacionários, o tratamento político da situação financeira dos estados e municípios e a restrição ao Banco do Brasil e demais bancos oficiais das vias de créditos subsidiados de socorro às microempresas e pequenos agricultores.

No encontro, ontem à noite, entre o ministro e o chamado "grupo dos 14" — deputados que formam a Comissão de Economia da liderança do PMDB na Câmara —, os peemedebistas procuraram deixar claro a Bresser o total apoio às propostas apresentadas pelos governadores do Nordeste na semana passada, especialmente quanto ao tratamento da difícil situação financeira dos estados e municípios.

Por não haver consenso, contudo, o grupo acabou não bancando uma das principais propostas feitas pelos governadores, que foi a de moratória para a dívida interna. "Só vamos levar o que é consensual", justificou o líder do partido, deputado Luis Henrique. Informou, então, que o consenso hoje no PMDB é que "a questão do saneamento financeiro dos estados e municípios é urgente e não pode ficar preso a questões técnicas, como vem acontecendo".

Se ainda não há consenso, a discussão sobre a moratória para a dívida interna vem crescendo em várias correntes do partido, sendo apontada como uma alternativa capaz de atender a crise econômica e política. O deputado Euclides Scalco, vice-líder do PMDB na Constituinte, por exemplo, propôs na semana passada que os senadores Mário Covas e José Richa e o deputado Ulysses Guimarães fossem juntos ao presidente José Sarney propor uma moratória de dois anos para os estados e municípios.

Segundo explicou Scalco, a moratória seria seguida de fixação de um prazo de 20 anos para pagamentos dos débitos e mais a destinação, agora, de recursos a fundo perdido para que os estados e municípios possam sair da crise imediatamente. A proposta foi bem recebida por Richa e Covas, enquanto Ulysses argumentou que a questão tem que ser melhor discutida.

Na reunião entre Bresser e os peemedebistas, outras propostas foram apresentadas: criação de um programa de capitalização para as micro, pequenas e a médias empresas; e definição imediata de uma política habitacional — foi sugerido o financiamento direto às prefeituras, para venda de lotes urbanos e aplicação em programas para a construção de habitações subsidiadas.